

FILOLOGIA ROMÂNICA E PÓS-GRADUAÇÃO (*)

Isaac Nicolau Salum

A Pós-Graduação que está sendo realizada na USP a partir de abril ou maio deste ano resulta de uma portaria da Reitoria de há dois anos atrás, naturalmente resultante da mesma da legislação federal. E o nosso regulamento de Pós-Graduação foi aprovado há treze meses. Houve trabalho da Coordenação Central, houve trabalho das Comissões de Pós-Graduação, mas não se pensou em dotações nem nos problemas.

Os atuais cursos de Pós-Graduação vieram por imposição de cima, para suprir uma necessidade importante que é a preparação de professores para o ensino superior. Na USP, e estou vendo que nas outras Faculdades tal não aconteceu, eles se justapuseram aos cursos de Especialização, de modo que estes desapareceram. O curso de Pós-Graduação é altamente seletivo, e visa a formar professores para o magistério superior: mestrado ou doutorado.

A natureza dos antigos cursos de Pós-Graduação, que equivalem aos atuais de Especialização, onde eles existem, é diferente. Os cursos de Especialização são cursos de aperfeiçoamento, abertos a um público muito maior e não são seletivos, ou, se são seletivos, não são altamente seletivos, não levam ao mestrado nem ao doutorado, e preparam professores para melhor resolver a tarefa de docentes do ensino secundário. O nosso regulamento de Pós-Graduação, constante de sessenta artigos, apenas no artigo 57 fala em cursos de Especialização, dizendo o seguinte: "As disciplinas de Pós-Graduação podem ser facultadas a alunos matriculados exclusivamente em cursos de Especialização". Essa palavra acho que entrou por se ter

(*) O texto a seguir é um resumo das observações feitas pelo A., em sua exposição.

burlado a vigilância, porque se insistiu em que o termo *especialização* não entrasse, para não baixar o nível da Pós-Graduação. Ponderou-se naquela ocasião, e ainda se pondera, que um curso de Especialização existente, com maior número de alunos, daria muito melhor critério para escolha dos candidatos à Pós-Graduação. Creio, pois, que estes dois motivos justificam a manutenção de bons cursos de Especialização. Em primeiro lugar, os cursos de Especialização atingem a um maior volume de professores secundários, que precisam melhorar e aprofundar conhecimentos, renovar métodos de trabalho e receber informações bibliográficas para a sua atuação no ensino médio. Em segundo lugar, eles oferecerão aos orientadores melhores critérios para a admissão de orientadores de Pós-Graduação, pois estes cursos são uma espécie de “funil” de onde é mais fácil o candidato um pouco acima de medíocre sair pela frente. O que acontece agora é que, não havendo outra oportunidade, corremos o risco de formar mestres que depois não possam aproveitar bem o seu mestrado, como muito freqüentemente acontecia com as Faculdades de Direito quando não havia diversificação de cursos superiores.

Ora, eu tenho a impressão de que essa alteração ocorreu no momento em que os cursos de Especialização ainda mais se impunham. Porque com o crescimento e a democratização do ensino secundário e superior, uma coisa extremamente boa entre nós, o nível do ensino secundário baixou, como no Estado de São Paulo baixou o nível do primário. Houve um tempo em que o Estado de São Paulo tinha um primário de alto nível, mas depois que ele passou a ser primário de três turnos — de manhã, ao meio-dia e à tarde — o nível do ensino primário baixou, o número de horas baixou, e a conseqüência disso era naturalmente má preparação para o ensino secundário. Vinham os cursos de admissão, mas de uns anos para cá adotou-se o sistema de se abrirem as portas da admissão para o curso secundário, e o nível do curso secundário baixou. É por isso que os cursos de Especialização teriam agora importante papel a desempenhar.

Com o abaixamento de nível, o ensino superior também sofre as conseqüências. Nós já devíamos ter pensado que pelo menos alguns colégios dos grandes centros deviam oferecer um pouco de opção entre Alemão e Inglês, ou entre Francês e Alemão, entre Francês e Italiano, e não só opção entre línguas, mas também entre línguas e outras matérias — Geografia, História e Grego, por exemplo — para haver possibilidade de se ensinar um pouco de Grego nos grandes estabelecimentos.

Porque o ensino superior de línguas começa com analfabetos em Latim, analfabetos em Grego, analfabetos em Alemão, fato agravado pela superlotação de nossas classes e pela não ampliação dos quadros docentes e das instalações.

Entrando agora mais diretamente em meu tema, gostaria de observar que os nossos cursos de Pós-Graduação em Letras ficaram muito dentro, ainda, de um regime de cadeiras, ao passo que nas outras secções da Faculdade, como as de História, Geografia e Sociologia, a organização é mais departamental.

Não sei se essa organização foi a melhor. O Departamento de Letras da Faculdade se dividiu em três: o Departamento de Lingüística e Línguas Orientais, o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, e o Departamento de Línguas Modernas. A inclusão das Letras Orientais no Departamento de Lingüística deve-se à inexistência — por ora — dos professores titulados necessários à instalação de um Departamento.

Filologia Românica ficou no Departamento de Lingüística e Línguas Orientais. O termo “filologia” é sabidamente muito elástico. Podemos tomá-lo como essencialmente o estudo dos textos, quer do ponto de vista do seu estabelecimento, quer do ponto de vista da sua explicação histórico-literária. Ou então como estudo lingüístico, e é neste sentido que temos utilizado esse termo em nossa Universidade, centrando nossa atenção no estudo diacrônico, lingüístico-histórico.

No momento, dados os escassos conhecimentos do Latim por parte dos nossos alunos, faz-se necessário insistir antes nos estudos sincrônicos.

As dificuldades encontradas no Curso de Pós-Graduação em Filologia Românica são em larga medida comuns a toda a Universidade: excesso de alunos, ausência de ampliação dos quadros docentes, poucos recursos bibliográficos, corpo discente desassistido quanto a bolsas, e por isso mesmo muito encarregado de trabalhos fora da Universidade. Nesse quadro, os cursos de Pós-Graduação representam para nós uma sobrecarga tremenda, pois sua instalação — como já se disse aqui — foi feita sem o comprometimento de novos recursos financeiros.

A estas dificuldades acrescenta-se a natureza de uma ciência como a Lingüística, sujeita atualmente a novidades permanentes. A necessidade de atualizar-se por meio de revis-

tas especializadas esbarra na falta angustiante de tempo e na falta dos meios de informação.

A Filologia Românica, disse eu, entrou pelo setor de Letras como Lingüística Românica, isto é, Lingüística Comparativa. Acontece que as línguas românicas continuam vivas, e uma delas que muito nos interessa, é o português. Então, podemos fazer no plano histórico a Lingüística Comparada, e no plano sincrônico a Lingüística Contrastiva. Eu creio que a Lingüística Comparada tem a sua validade: em alguns lugares já está passando a ojeriza que provocou. Se nós agüentarmos um pouco, é possível que ela passe de todo, porque se, como se diz, o importante é ver como a língua funciona, isto se dá no uso da língua. Para ensiná-la, eu creio que saber um pouco também da evolução não fará mal a ninguém, sobretudo se usarmos para explicar a evolução, linguagem menos hermética do que a que às vezes se usa para fazer a descrição da língua. Eu não tenho, de maneira nenhuma, ojeriza por Lingüística moderna; sou um leitor da Lingüística moderna, mas às vezes me aborreço com o excesso de equações e com as limitações impostas pela seleção de um *corpus* fechado. Acho que a gramática transformacional teve o mérito de nos livrar da tirania do *corpus* ao insistir na competência do falante.

A Lingüística Românica não pode ser infiel à orientação diacrônica, embora possa e deva acoroçoar um pouco com trabalho sincrônico do ponto de vista contrastivo. A orientação dos cursos de graduação consiste em dar orientação metodológica, e um pouco de história externa, partindo da descrição do latim vulgar. É o que se pode dar com um ano de Filologia Românica, em caráter optativo, para alunos semilatinizados.

No nível de Pós-Graduação, o que é que se pode dar? Este ano propus como programa uma tese que fiz em 1954, sobre a contribuição lingüística do Cristianismo na România, pensando que ia ter todo o sábado inteiramente livre para uma revisão total da documentação patrística. Mas as incumbências burocráticas da Universidade não me permitiram concluir essa revisão. Naturalmente teremos em anos próximos que tratar um pouco de problemas gerais de história externa, problemas avulsos de história interna (digamos, no plano dos determinantes, no plano dos substantivos, dos adjetivos, dos verbos, dos relacionantes). E contrastivamente, podíamos tomar um dos blocos, a Ibéria, por exemplo, ou a Gália, ou a Itália, fazer um pouco de estudo geral e alguns grandes con-

trastes, como, já antes da instituição da Linguística Geral na Faculdade, o Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr. fazia com Linguística Românica nos cursos de Pós-Graduação, falando sobre composições e semelhanças dos blocos, e depois das línguas internas dos blocos.

Quanto à orientação dos trabalhos, acho que a proposição de temas para dissertações e teses devia ser feita numa mesa-redonda, dentro de um levantamento harmônico e com a possibilidade de controlar os resultados.

Outro elenco de temas de grande importância proviria do estudo estilístico de nossos autores. Não estou pensando em levantamentos estatísticos ou computacionais, mas tão-somente em trabalhos sólidos, mesmo dentro de uma metodologia tradicional, porque, como disse o Prof. Manuel Alvar em São Paulo, a metodologia tradicional ainda não está esgotada.

O problema da originalidade para mim põe-se da seguinte maneira: não se deve requerer originalidade absoluta nas dissertações de mestrado, mas exigir-se caráter pessoal na visão dos problemas, na organização da matéria e rigor de método expositivo. Muitos temas já discutidos podem ser retomados, e sempre uma luz nova pode iluminar os caminhos já percorridos. Naturalmente, no caso do doutoramento, deve-se exigir algo mais pessoal, e no caso da Filologia Românica, algo que coloque o português na ordem do dia. Nesse sentido, podemos tomar um de dois caminhos: ou um estudo comparativo dos fatos românicos, com um centro harmônico na România — e nesse caso tratamos de todos os fatos, qualquer que seja a sua origem — ou um estudo comparativo “excêntrico”, com o ponto de referência colocado na România Portuguesa (Portugal e Brasil) — e nesse caso concentramos nossa atenção num fato do português, daí deslocando a nossa atenção para o mesmo fato em outras línguas românicas.

Os trabalhos desse tipo podem ter uma parte diacrônica e outra sincrônica, pois não sou dos que opõem uma visão a outra. A parte diacrônica seria comparativa, e a sincrônica, contrastiva. O que é necessário é não se misturarem métodos.

Estas reflexões procedem de um primeiro semestre de experiência em pós-graduação. Esperemos que os demais semestres sejam um pouco melhores. Caso contrário a pós-graduação em Filologia Românica continuará sofrendo dos males atrás apontados.